

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.248.039 - SP (2018/0033494-3)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGRAVADO : CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ILHA DE BALI  
ADVOGADO : EVANDRO ALVES DA SILVA GRILI E OUTRO(S) -  
SP127005

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, trata-se de ação civil pública pela qual o Ministério Público do Estado de São Paulo busca obrigar o agravado, condomínio vertical, com área de 5.299,9 m<sup>2</sup>, a se abster de ocupar área de preservação permanente do imóvel descrito na inicial e/ou de promover ou permitir que na área se promovam atividades danosas ao meio ambiente; recomposição de cobertura florestal e, pagamento de indenização pelos danos ambientais.

O pedido foi julgado parcialmente procedente, determinando o julgador do primeiro grau de jurisdição, a abstenção de exploração da área de preservação permanente, bem assim da promoção de atividades danosas e, a recomposição da cobertura florestal. Determinou ainda que o reflorestamento fosse iniciado em 10 dias sob pena de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 por dia, além de pagamento de custas e despesas processuais (fls. 357-367).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reformou a decisão, julgando a ação improcedente, acolhendo o recurso do Condomínio réu, nos termos assim ementados (fl. 536);

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. Ribeirão Preto. Córrego Ribeirão Preto. Ocupação de área de preservação permanente e faixa 'non edificandi'. LF nº 12.651/12. — 1. Mata ciliar. Área de Preservação Permanente. Zona urbana. Função. A discussão sobre a aplicação do Código Florestal à zona urbana foi afastada pela LF nº 12.651/12. Nos termos do inciso II do art. 1º da LF nº 4.771/65 e do art. 3º II, da LF nº 12.651/12, a área de preservação permanente, coberta ou não por vegetação nativa, tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. As áreas protegidas não cumprem sempre as sete funções, mas aquelas às quais se destina; no caso presente, as matas ciliares visam à preservação dos recursos hídricos (evitar o assoreamento e manter a qualidade da água), a estabilidade geológica (evitar a erosão e o consequente assoreamento), com a função paralela (mas não a principal) de assegurar a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora. Na área urbana, a mata ciliar protege os recursos hídricos e, de modo secundário, as demais funções; pode-se dizer que a proteção dos recursos hídricos é a principal função ambiental da mata ciliar urbana. — 2. Mata ciliar. Área de

# Superior Tribunal de Justiça

Preservação Permanente. Zona urbana . Função. Não vejo como atribuir à faixa ao longo do córrego canalizado, isolado da natureza, recomposta em florestas ou não, a função ecológica primitiva. A mata protetora nada protegerá, uma vez que as águas foram isoladas e não têm, nesse trecho, contato algum com a natureza; e não há sentido maior em impedir a ocupação que se amolde ao Plano Diretor e às posturas urbanas dos terrenos localizados depois da rua, se esta própria permanece onde está com o impacto ambiental que lhe é próprio. São circunstâncias que levam a uma flexibilidade do uso das áreas de preservação permanente na área urbana, conforme a Câmara Ambiental reconheceu em ocasião anterior. — Procedência parcial. Recurso do réu provido para julgar a ação improcedente.

Em seu recurso especial o Ministério Público Estadual alega violação dos arts. 5º, XXXVI e 225, *caput*, e §1º, I e III, da Constituição Federal; art. 6º, §3º da LINDB; arts. 2º, I, III, IV, 4º, I, II, III, IV, 14, §1º, da Lei 6.938/81; arts. 3º, VIII, IX, 4º, "a", 7º, §1º, 8º, §1º, todos da Lei 12.651/2012; art. 1.229, §1º, do CC e art. 286, II, do CPC/1973.

Sustenta, em suma, que há prova da existência de um córrego e que o empreendimento estaria invadindo o espaço de preservação, o que determina a sujeição da obra ao licenciamento ambiental. Explicitou ainda que é devido o reparo do dano ao meio ambiente para manter o equilíbrio ecológico.

Suscita, ainda, divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 742-765).

O Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso especial, com base na súmula 7/STJ (fl. 790), ensejando a interposição do presente agravo, apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo provimento do recurso (fls. 867-877).

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Inicialmente cumpre ressaltar que o recurso especial não é apropriado para análise de eventual violação de dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência do eg. STF.

Quanto ao mais, verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da ocorrência do dano ambiental em área de preservação permanente e do prejuízo causado ao meio ambiente, vai de encontro às convicções do

jugador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, considerou não haver prejuízo ambiental, assim destacando:

As avaliações e as fotos anexadas ao processo esclarecem o ponto que entendo relevante. As águas do Córrego Ribeirão Preto, apesar de correrem a céu aberto, encontram-se canalizadas com gabiões; à sua margem, onde antes havia uma passagem pública, foi construída uma avenida com calçada e duas pistas asfaltadas. Foi feito o arruamento no local e, da margem do córrego ao imóvel do réu, deve-se passar pela rua e pelo calçamento. Obras essenciais de infraestrutura destinadas ao serviço público de transporte, por sua vez, configuram utilidade pública e podem ser feitas em áreas protegidas, a teor do art. 2º I 'b' da Resolução CONAMA nº 369/06 de 28-3-2006.

5. Nessas circunstâncias, não vejo como atribuir à faixa ao longo do córrego, recomposta em florestas ou não, a função ecológica primitiva. A mata protetora nada protegerá, uma vez que as águas foram isoladas e não tem, nesse trecho, contato algum com a natureza; e não há sentido maior em impedir a ocupação que se amolde ao Plano Diretor e às posturas urbanas dos terrenos localizados depois da rua, se esta permanece onde está com o impacto ambiental que lhe é próprio. [...]

[...]

A pretensão do Ministério Público é ambientalmente inócua. Não altera a situação relevante (a canalização do córrego e a existência de rua construída na faixa de preservação) e pretende vedar a ocupação das áreas particulares depois da rua e calçamento, impedindo a ocupação dos terrenos na parte que integre a área de preservação permanente de trinta metros a contar do córrego. Ademais, como se vê a fls. 24, laudo de vistoria do DEPRN, a recomposição ambiental abrangeria uma faixa de aproximadamente quinze metros aos fundos do condomínio, contida pelos muros e seccionando ao meio o campo de futebol, de escasso interesse ambiental como mata protetora do curso d'água (a leitura da petição inicial e dos autos sugere que o Ministério Público está ou estava mais interessado na recomposição da faixa ao longo do córrego, que nessa dentro do condomínio).

Assim, a recomposição da faixa protegida ao longo do córrego foi impossibilitada pela construção da avenida e a recomposição da faixa aos fundos do condomínio, não impermeabilizada, oferece escasso, se algum interesse ambiental como proteção ciliar. É caso de improcedência da ação.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados conforme avaliados pelo recorrente, no sentido da responsabilidade pela suposta degradação, e de que haveria um córrego tangenciando o referido empreendimento, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

# *Superior Tribunal de Justiça*

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator